



## VOTO DE PROTESTO

Pelo seu carácter disperso e arquipelágico a Região Autónoma dos Açores tem uma significativa dependência das ligações aéreas para a eficiência da circulação de pessoas e bens.

O Governo da República privatizou, no final do ano de 2013, a empresa pública de gestão aeroportuária, ANA Aeroportos e Navegação Aérea.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Regional dos Açores tentou de diversas formas e por inúmeras vezes, garantir que ficavam acauteladas um conjunto de reivindicações das populações insulares. Por exemplo, a ampliação da pista do aeroporto da ilha do Faial e a certificação da iluminação da pista do aeroporto da ilha das Flores.

Recentemente a ANA, Aeroportos e Navegação Aérea apresentou o seu plano de investimentos. Este plano não contemplou antigas reivindicações açorianas, algumas com mais de uma década. Como são o caso da ampliação da pista do aeroporto da Horta que neste caso nem tão pouco prevê a construção de áreas de segurança denominadas de RESA (*runway and safety area*) as quais contribuiriam para a melhoria das condições de operacionalidade daquela infraestrutura aeroportuária, da certificação da iluminação do aeroporto da ilha das Flores e em Santa Maria não é especificado se será construída uma vedação de segurança.

Esta postura da Ana Aeroportos e Navegação Aérea, agora privatizada, não corresponde aos justos anseios da população açoriana.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Protesto, manifestando-se contra:

1. A decisão da ANA – Aeroportos e Navegação Aérea de não acautelar várias reivindicações da Região desde há muito referenciadas.
2. A decisão da Ana, Aeroportos de Portugal de não contemplar no seu plano estratégico a ampliação da pista do aeroporto da Horta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

3. A reincidente insensibilidade do Governo da República para com as especificidades açorianas, o que põe em causa a qualidade de serviços essenciais aos açorianos.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 12 de março de 2014.

A Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

Ana Luísa Pereira Luís